

Reforma tributária, o Brasil e a nova configuração mundial – Contador Pedro Badu

Assistimos a algum tempo uma grande discussão por meio de jornais impressos, pelo meio televisivo, ou até pela internet a respeito da crise financeira mundial que afeta os países desenvolvidos (Europa e EUA) e os países em desenvolvimento.

No início deste mês de abril a presidenta Dilma Rouseff assinou medida provisória 563/2012 no intuito de desonerar a folha de pagamento, dando a possibilidade de algumas empresas do setor industrial deixar de pagar a cota patronal do INSS, passando a pagar um percentual sobre o faturamento, que na verdade era uma punição a quem queria empregar. Antes da virada do ano foram também alteradas as faixas do Simples Nacional (aumentando os limites) através da LCP 139/2011, essas duas modificações alteram a carga tributária do nosso país.

Sabemos que o Brasil é um dos países com a maior carga tributária do mundo, embora atualmente sendo a 6ª economia mundial, o nosso país ainda não perdeu a postura de subdesenvolvimento, a educação é precária, a saúde não preciso comentar, o índice IDH (índice de desenvolvimento humano) é comparado a países da África. Definitivamente o Brasil não se enxerga como a potência efetivamente que é. Não entende que fazendo parte de um grupo como o BRICS (Brasil/ Rússia/ Índia/ China e África do Sul) passa a ser responsável como membro de um conjunto de países que está modificando o mundo e que se torna cada vez mais importante na economia global.

A grande questão na área tributária é que quem legisla e executa geralmente toma medidas pontuais deixando cada vez a legislação complexa, passível de diferentes interpretações por parte dos contadores, empresários e o próprio fisco. Além disso não unifica as legislações tornando o assunto tributário ainda mais complexo, pois cada estado, ou município deve ter sua própria estrutura tributária. Ainda não aconteceu no Brasil uma reforma tributária geral que unifique o sistema por completo, torne simplificado e menos complexo. Mesmo o Simples Nacional (LCP 123/2006) que deu um grande passo para essa simplificação, não atendeu todas as empresas, simplificando somente as microempresas, ou as de médio porte, sem contar que algumas atividades permanecem impedidas de opção por esse regime, apesar de ser um imposto federal, o Simples ainda não conseguiu abranger todos os municípios, tendo municípios que a LCP 123/2006 não é conhecida.

Seria interessante uma ampliação do simples para todas as empresas sem restrição de atividade, respeitando é claro o limite máximo para adequação, atualmente é 3,6 milhões anuais, pois se quem exporta pode faturar até o dobro, em outras palavras 7,2 milhões, podendo inclusive ser repensado esse limite num segundo momento. As grandes empresas nacionais ou setor industrial, de serviços, comercial, poderiam ser beneficiadas com a migração de todo sistema de declarações para o SPED (social, fiscal, contribuições, contábil, e – Lalur), desde que fossem canceladas as declarações anteriores (dctf, dacon, dipj, dentre outras), mas o que acontece sempre é que o governo aumenta o número de declarações, mas não faz a extinção das declarações antigas.

A tão sonhada reforma tributária se prolonga ano após ano, entra governo, sai governo, são tomadas medidas que facilitam para alguns setores, enquanto outros ficam abandonados, não que essas medidas não sejam interessantes, entretanto quando tratamos de tributos não há como permanecer com essas mudanças paliativas ou

imediatas. Precisamos de uma reestruturação geral com mudanças para todos os setores, redução do número de impostos, bem como da carga tributária e simplificação e unificação do modelo de informações prestadas para o governo.

Sei que para toda alteração na legislação é necessário poder político para realizar, principalmente, nos assuntos tributários, mesmo porque essas mudanças muitas vezes só ocorrem através da alteração da nossa constituição. Precisamos amadurecer a ideia de patriotismo e de uma reforma tributária contundente que tragam benefícios para todos os setores e empresas de qualquer porte. Perder a cultura de levar vantagem em tudo (Lei de Gerson). Amadurecer como uma nação rica e próspera que sabe distribuir e desenvolver. O bolo cresceu, é hora de fatiá-lo, para que todos possam ter acesso à cultura, lazer, alimentação, educação, proteção, saúde, e habitação digna.

Como cidadãos, exigir a aplicação correta dos recursos públicos, cobrar que os salários de nossos políticos seja mais próximos ao da realidade da população, não é correto que a população sobreviva com um salário mínimo miserável, embora nesses últimos anos tivemos uma grande valorização do salário mínimo. Para tanto, nossos representantes terão que deixar de ter todas regalias (14º, 15º, 16º salário, verba para gabinetes, verba para trocar roupas, cartões corporativos) é preciso punir a corrupção de forma exemplar que está impregnada na nossa cultura através do “jeitinho brasileiro”.